

Ancoradouros do Intercâmbio Científico e Cultural entre Portugal e o Oriente

Caravanas e navios foram os meios de transporte de pessoas e mercadorias, desde a mais remota história das grandes transações humanas. Com as criaturas viajaram ideologias, esperanças, saberes e sabores que passaram a ser partilhados por civilizações que, por vezes, mal se conheciam. A nossa civilização, ocidental e latina, nasceu e cresceu protegida por um grande poder político e militar que sempre teve dificuldade em aceitar que, fora das fronteiras do seu domínio, houvesse povos cultural e socialmente evoluídos com os quais valesse a pena transacionar. No auge do seu poderio, nos alvares da nossa era, quando o Império Romano atingia o máximo da sua extensão territorial – reinava um imperador hispânico chamado Trajano (86-117). Surgiram então as primeiras comunidades cristãs organizadas, divulgando a maior utopia jamais concebida pela mente humana e que abalaria, até aos alicerces, os valores civilizacionais em vigor.

Era uma ideologia de Judeus, nascida na Judeia romanizada, no tempo dos primeiros imperadores. Um adepto iluminado chamado Paulo de Tarso, que era judeu e cidadão romano, imaginou levar as novas ideias a todos os súbditos do Império, judeus e pagãos, patrícios e plebeus, escravos e soldados; não excluía etíopes nem mulheres. A iniciativa teve um sucesso sem precedentes, graças às infraestruturas do Império: as estradas, os portos e os mercados. Quando o grande Império se desmanchou, no século V da nossa era, mais de metade da sua população era cristã. O grande poder sucumbia, invadido por povos bárbaros que tinham sido colonizados e cristianizados pela força avassaladora do Império. Um berbere chamado Agostinho Aurélio, escrevia então, no primeiro quartel do século V, uma das obras mais extraordinárias jamais concebidas pelo espírito humano e intitulada *A Cidade de Deus*. Ele dizia que as caravanas e os navios faziam com que todos os habitantes das zonas da terra se encontrassem e formassem um só povo, que seria o Povo de Deus, numa nova era de riqueza e de felicidade, anunciada no capítulo XX do Apocalipse. Era o advento de um novo império.

O cristianismo propagou-se de maneira rápida, quase fulgurante, como, alguns séculos mais tarde, aconteceria com o Islão. Apenas 70 anos após o desaparecimento de Jesus Cristo, havia comunidades cristãs em todas as grandes cidades do Império e, passados três séculos, o cristianismo era a religião oficial desse Imperio e consumaria a sua destruição. O Islão nasceu no século VII, pela revelação apregoada por um condutor de camelos e chefe de caravanas, alcançando em menos de um século um espaço que ia da península Ibérica aos confins da Índia e às ilhas do Pacífico. Ambas as religiões viram nesse fenómeno um milagre de Deus. Na realidade, foram os mercadores, os grandes artesãos da divulgação das novas ideologias, que viajaram nas caravanas e nos navios.

As grandes rotas das caravanas de então percorriam o continente asiático desde a China até Damasco e Constantinopla, tendo como etapa mais importante a cidade de Samarcanda, no atual Uzbequistão. Foi o espaço mais oriental jamais alcançado pelas pretensões territoriais dos impérios do Ocidente; aconteceu com Alexandre da Macedónia, no século IV aC. Os romanos, nos derradeiros tempos da República, perderam sete legiões tentando ultrapassar os Partas, que lhes fecharam todas as rotas

a partir da Anatólia. A cidade de Damasco, na Síria, era outro dos pontos de encontro das caravanas que de lá derivavam para Alexandria e o Norte de África. De Constantinopla e dos portos do Norte de África, pessoas e bens alcançavam a Europa ocidental. Da Etiópia e da Guiné, as caravanas atravessavam o deserto do Saara e alcançavam Cartago, desde o tempo do domínio fenício. Desde o século II a.C. que há testemunhos escritos e vestígios arqueológicos sólidos do intercâmbio comercial e cultural entre a Europa, a Ásia e a África (Líbia). O mar Mediterrâneo foi domínio quase exclusivo dos navios do Império, que expandiram o comércio marítimo pelo oceano Atlântico para Norte até a Grã-Bretanha e para Sul até a Mauritânia. Foram mesmo encontrados navios romanos naufragados nos oceanos Índico e Pacífico. Antes deles, a navegação foi proeza notável de fenícios, os primeiros grandes navegadores pelas costas de todos os continentes então conhecidos. Santo Agostinho, bispo de Hipona, natural da vizinha Cartago, tinha um claro entendimento do que viria a ser, muito mais adiante do seu tempo, uma *Feira Universal*, expressão que aparece no século XVI nos textos do cronista João de Barros referindo-se a Malaca, o porto mais estratégico do continente asiático e expressão que o padre António Vieira vai plagiar e assumir como sua num célebre sermão pregado em Roma, em honra da Rainha Santa Isabel, em 1674. No último quartel do século XX, os da minha geração irreverente, à *Feira Universal* passaram a chamar *Aldeia Global* e inventaram o fonema *Globalização*.

A expansão rápida do cristianismo apoiou-se na diáspora judaica, cujas comunidades estavam espalhadas por todas as grandes cidades do Império, onde os judeus eram numerosos. Nestas comunidades, muitas vezes pobres e de baixa condição social, destacavam-se elites privilegiadas, onde se encontravam os maiores comerciantes dos principais bens de consumo: cereais, vinho, azeite, sal, tecidos, escravos. Eles eram também os banqueiros do mesmo comércio e das ambições dos poderosos. A expansão do Islão deveu-se ao tráfego das caravanas, uma quase exclusividade do povo nabateu, ancestral de todas as tribos árabes, do domínio comercial de todo o espaço compreendido entre a Índia, a Síria, a península Arábica e o Egito, em suma, o espaço estratégico entre o Oriente e o Ocidente. As cidades de Damasco (Síria) e de Petra (Jordânia) eram as referências geográficas do povo nabateu. As novas ideologias transitaram por onde paravam as caravanas, por onde ancoravam os navios.

No século XV, Portugal e Espanha assumiram a liderança europeia no domínio da navegação e do comércio marítimo, graças à conjugação de um conjunto de circunstâncias que permitiram um grande passo em frente no conhecimento do mundo. Ambos os países eram governados por soberanos cultos e audaciosos, preocupados com o bem-estar e a qualidade de vida dos seus súbditos, frequentemente assolados por crises alimentares e epidemias, empenhados em manter o prestígio dos reinos entre os povos europeus. Em Portugal, a dinastia de Avis surgiu como o primeiro movimento europeu de soberanos cultos e esclarecidos. Eles herdaram conhecimentos avançados dos séculos que os precederam. A matemática e a astronomia conheceram um desenvolvimento sem precedentes, graças à contribuição dos sábios judeus e muçulmanos que fixaram os primeiros calendários e almanaques universais. A contribuição do Al-Andaluz muçulmano, com as grandes escolas e ambientes culturais de Toledo e de Córdoba, para o nível do conhecimento científico de então, foi fundamental. Em paralelo com a matemática e a cosmologia, desenvolveu-se a medicina e a arquitetura, criaram-se escolas filosóficas, a música e a poesia encontraram um espaço de acolhimento nos palácios dos emires e dos califas, mas também nos pátios

das mesquitas e nas praças públicas. No século X, no tempo do califado Omíada, a cidade de Córdoba possuía a maior biblioteca do mundo civilizado, que só foi igualada em quantidade de documentos no século XIX pela British Library. Confrontados com a religiosidade islâmica, os filósofos e teólogos cristãos viram-se forçados a exhibir os mais sofisticados tratados de Filosofia e de Teologia.

A primeira grande iniciativa do primeiro rei da segunda dinastia, depois de consolidada a independência do reino, foi uma empreitada marítima: ocupar Ceuta, um porto onde se refugiavam os piratas que assolavam as costas. Era uma cidade pequena, de menos de trinta mil almas, não tinha sequer um contingente militar de defesa que impressionasse os invasores, mas era um porto estratégico para controlar o movimento dos navios e o das caravanas que percorriam os desertos africanos até à Guiné e até ao fabuloso reino do Prestes João. Foi o primeiro passo de uma longa história: uma epopeia épica, trágica e dramática de barcos, de comércio, de guerras, de religião, de ciência, de ambição. Teve momentos de exaltação e de sucesso, teve outros de frustração e derrota. Uma utopia do tamanho do mundo comandava o advento de uma das maiores empreitadas civilizacionais de que há memória.

O objetivo final, qual projeto escatológico e profético, era o da conquista da Terra Santa, em poder dos muçulmanos. Algures a caminho do Oriente, haveria um poderoso reino cristão que era necessário alcançar, para com ele concretizar o que estava escrito no capítulo XX do Apocalipse e que teria sido prometido numa teofania ao primeiro rei de Portugal. Foram 75 anos de esforço, por entre sucessos e desastres, para que os portugueses alcançassem e dobrassem o extremo Sul do continente africano e abordassem o oceano indico. A grande utopia sofreu um tremendo revês quando, em 1453, os muçulmanos conquistaram Constantinopla e fecharam ainda mais o fluxo comercial entre o Oriente e o Ocidente. Entretanto, os portos e ancoradouros ao longo da costa africana tornaram-se outros tantos pontos de encontro entre civilizações. No ano da queda de Constantinopla, as caravelas do Infante, ultrapassado o obstáculo do Cabo Bojador, alcançavam o Rio do Ouro, Cabo Verde e o golfo da Guiné, comercializando ouro, cavalos e escravos, implantando as primeiras comunidades cristãs permanentes; o papa Eugénio IV, pela bula *Rex Regum* (146), regulamentava a atividade comercial e religiosa dos portugueses por toda a costa de Africa e o rei D. Afonso V encomendava em 1459, a Fra Mauro, um monge veneziano, um mapa-múndi onde constavam os reinos africanos e asiáticos, os oceanos e os portos que permitiam alcançá-los. Conquistada em 1415, Ceuta era uma diocese cristã logo em 1417. Outras se seguiram ao longo da costa: Tânger em 1468, Safim em 1487, Funchal em 1515, da qual passaram a depender, todas as comunidades cristãs criadas pelo espaço da expansão portuguesa, até ao momento da criação das novas dioceses do *Padroado Português* do Oriente. Sem navios e sem os portos e ancoradouros que os abrigavam no destino, nenhuma utopia valeria a pena. Sem o apoio comercial e a segurança do poderio militar, não seria possível implantar comunidades cristãs; foram os missionários, amparados pelos comerciantes e pelos homens de armas, os responsáveis pela expansão das ideias ocidentais, pela doutrina da civilização cristã, pela implantação de instituições de ensino e de assistência humanitária. A primeira igreja cristã dos trópicos, pela rota portuguesa da costa Atlântica, foi uma ermida erguida na Ribeira Grande, ilha de Santiago, em Cabo Verde, em 1470 e dedicada a N. Sra da Conceição.

Por estes anos e até ao último quartel do século XV, ainda pensavam os eruditos, apoiados no mapa-múndi de Fra Mauro e entusiasmados pelos relatos de Luis (Alvise)

Cadamosto, que os grandes rios africanos que desaguavam no Atlântico, como o Senegal, o Gâmbia e o Níger, comunicavam com o Nilo e permitiam o acesso ao coração do mundo islâmico, um território considerado então como parte da Índia. Por esses rios doentios, infestados de cobras e lagartos monstruosos (Esmeraldo, I,7), entraria a nova cruzada dos cristãos latinos, ao encontro do fabuloso reino do Preste João, algures pelas Etiópias. Toda a África subsaariana e parte da Ásia de então, mais a Pérsia e a Índia, entravam na denominação de Etiópia e pensava-se que por tão vasto espaço, existiam, isoladas, antiquíssimas comunidades cristãs. O equívoco não tardou a desvanecer-se e o projeto de explorar toda a costa ocidental africana permaneceu como prioritário nos assuntos do reino. A tecnologia da navegação, desde a construção naval a dos instrumentos náuticos, dava passos de gigante. Pelos mesmos anos em que se concretizavam no reino de Portugal as iniciativas do Infante, os chineses empreenderam grandes expedições marítimas pelos oceanos Pacífico e Índico, comandadas por um almirante muçulmano, Zhen He, entre 1403 e 1435. O projeto foi abandonado ainda durante a dinastia Ming e a China fechou-se sobre ela mesma, apenas guardando entrepostos comerciais em alguns portos do Pacífico, o principal dos quais era Malaca.

Quando as caravelas de Bartolomeu Dias dobraram o Cabo e ancoraram o Rio do Infante, com uma tripulação amotinada que se recusava a avançar mais adiante pelas costas do Índico, dois espiões do rei D. João II percorriam por terra pedaços das rotas das caravanas que conduziam até à verdadeira Índia e à verdadeira Etiópia. Um deles, Afonso de Paiva, morreu pelo caminho, algures entre o Cairo e a Etiópia. O outro, Pero da Covilhã, nunca mais regressou ao reino. As informações dos peregrinos chegaram à corte através de mensageiros de recurso e desde então ficou a saber-se qual era o verdadeiro ambiente político e comercial das costas do oceano Índico. Quanto a Bartolomeu Dias, ele regressou ao reino depois de mapear as costas, sem ter alcançado as terras do prestes João, que era um dos objetivos da sua viagem. O objetivo final pôde então ficar definido: era necessário alcançar o porto de Calecute, na Índia.

Por toda a costa africana, os portugueses aprenderam, ao longo de mais de 70 anos de exploração, a lidar com povos estranhos, com civilizações diferenciadas, algumas delas organizadas e evoluídas, como eram as populações subsaarianas entre o Senegal e o golfo da Guiné, outras mais primitivas como eram as do Congo e do Sul do continente. Porém, pelo oceano Índico, os portugueses encontrariam civilizações antiquíssimas e sofisticadas, mercadorias exóticas, interlocutores exigentes. O comércio das especiarias, que justificava o fabuloso investimento no apetrechamento das naus e nos custos da viagem, estava dominado pelos comerciantes muçulmanos desde há séculos.

Foi nos portos e ancoradouros do Índico que os portugueses se confrontaram com a necessidade de partilhar conhecimentos. Não fosse um piloto muçulmano, com seus instrumentos náuticos e suas cartas de marear, as naus de Vasco da Gama não teriam alcançado Calecute. Foram comerciantes muçulmanos, de origem Ibérica, falando espanhol, que levaram o almirante à presença dos poderosos, até ao reino hindu de Calecute e ao seu Samorim, e que serviram de intérpretes. No regresso da viagem, entre os sobreviventes que alcançaram Lisboa, vinha um piloto e comerciante muçulmano chamado Monçaide, que usava com maestria um instrumento chamado Balestilha, mais eficaz do que o astrolábio dos portugueses, para calcular as latitudes. Vinha também um judeu de origem polaca, que foi batizado com o nome de Gaspar da Gama (ou das Índias) e que serviria de intérprete na viagem de Cabral e nas seguintes etapas da afirmação dos portugueses pelos portos asiáticos. Os pilotos das naus de Cabral testaram

um instrumento de medição de alturas trazido por Vasco da Gama, o *kamal*, utilizado com as *tabelas dos mouros* ou *tabuletas da Índia*. Os navegantes dos mares orientais já contavam com o apoio de cartógrafos e de pilotos experientes, conheciam com rigor os regimes das correntes e dos ventos, assim como as rotas comerciais que cruzavam o Índico e o Pacífico ao ritmo das monções. Mercadores muçulmanos e judeus, de origem Ibérica e norte-africana, já frequentavam há mais de cinco séculos as terras do Oriente agora abordadas pelos novos forasteiros. O geógrafo Ibn Batuta tinha visitado o reino de Calecute em meados do século XIV e, numa das grandes cidades da China, entrou por uma porta denominada *Porta dos Judeus*. Os concorrentes judeus e muçulmanos constituíam os principais obstáculos às pretensões comerciais dos portugueses, mas eram também os mais indicados para partilhar com os recém-chegados uma experiência acumulada de séculos.

Os primeiros encontros foram difíceis, a viagem do Gama custou muito dinheiro, correu grandes riscos e não deu nenhum lucro para além do conhecimento e da experiência adquirida. Foi necessária a demonstração de força, com excessos de violência e de brutalidade, para garantir, nos portos e ancoradouros orientais, a abertura e o controlo do trato comercial, o que foi facilitado pela superioridade bélica das frotas portuguesas e pela manta de retalhos dos frágeis poderes instituídos ao longo das costas da Índia. As comunidades cristãs encontradas pertenciam às classes mais pobres, vestígios arcaicos de antigas missões que ainda vigoravam em Socotorá, Melinde, Cranganor, Cochim, Coullão, Meliapor. O império fabuloso do Preste João, a alimentar utopias desde séculos, era de gente pobre e herética, encurralada entre poderosas comunidades islâmicas da África oriental. O primeiro destino escolhido foi a costa do Malabar; a primeira sede administrativa dos negócios portugueses foi Cochim, o maior centro de comércio das especiarias, onde se instalou o primeiro vice-rei em 1505. Em 1503, em Cochim, os portugueses erguiam a primeira igreja do Padroado do Oriente, dedicada a São Francisco e que serviria de sepultura a Vasco da Gama vinte e um anos mais tarde. A partir de 1530, a sede de todo o comércio português do Oriente passou para Goa, porto marítimo protegido e principal destino das frotas, ponto de encontro das civilizações muçulmana, hindu e cristã, onde se decidiam, no século XVI, as estratégias do comércio, da guerra e da religião, pelo espaço que ia de Moçambique ao Japão. Terra Santa era sonho inacessível, mas a ideologia imperial guiava, do reino distante, os destinos de todas as empreitadas.

Afonso de Albuquerque, confidente do rei D. Manuel, seu almirante, governador e vice-rei, foi o personagem que melhor endossou o projeto imperialista da dinastia de Avis. Ele morreu exausto, ao querer transformar a ilha de Ormuz numa fortaleza inexpugnável, para, a partir de lá, conquistar a Terra Santa. Era um ancoradouro estratégico para qualquer empreitada comercial e militar pelo Oriente; já Marco Polo fizera de Ormuz um dos seus portos de apoio. A utopia da cruzada agonizou com Albuquerque. Porém, o sucesso militar e comercial conseguido foi o suporte da expansão cultural, em especial da difusão dos valores cristãos que fez chegar ao Oriente novos conceitos, desde os valores familiares e os relativos a interação do indivíduo com a sociedade, ao vestuário, à justiça e aos direitos individuais, às regras sanitárias e higiénicas. Chegaram também ao Oriente as técnicas ocidentais da construção naval e da navegação, assim como as artes da guerra. Logo se criaram no Oriente confrarias de solidariedade para a prática das Obras de Misericórdia, ao mesmo tempo que se instalavam os poderes camarários e corporativos. Albuquerque fundou o Hospital Real, a primeira instituição de

solidariedade social no Oriente. Em 1557, quando os portugueses obtiveram a autorização para se instalarem na China, havia Misericórdias espalhadas pelos principais portos controlados pelos portugueses, de Moçambique ao Japão. A diocese de Goa foi criada em 1533; em 1541, padres seculares fundaram o Colégio de Santa Fé, o primeiro grande foco de cultura ocidental e latina, mais tarde confiado aos jesuítas. Apenas instalados na China, logo surgiram as iniciativas culturais através de um arrojado dominicano, frei Gaspar da Cruz, que nos deixou um texto delicioso, o *Tratado das Coisas da China*, escrito em 1569. Em 1575, Macau era a sede de um bispado; por iniciativa dos jesuítas, logo se ergueu o primeiro hospital público, o Hospital dos Pobres, uma leprosaria e a Santa Casa da Misericórdia. O colégio de São Paulo, fundado pelos franciscanos e sob a alçada dos jesuítas a partir de 1594, tornou-se rapidamente uma instituição de ensino superior, donde irradiou a cultura neolatina e cristã por terras do império chinês. Durante os 168 anos de atividade (até à expulsão dos jesuítas em 1762) formaram-se neste colégio 665 padres e irmãos jesuítas, a maior parte deles autóctones. No final do século XVI, eram 6 as dioceses do padroado Português do Oriente. Por todos os portos onde os portugueses se instalaram, foram criando instituições de solidariedade, colégios, igrejas, mais tarde tipografias, estaleiros e fundições, outros tantos portos e ancoradouros através dos quais se divulgou, pelo Oriente, a cultura neolatina e cristã.

Os padres do Padroado Português lançaram-se em iniciativas pioneiras e mesmo temerárias, seguindo o exemplo de S. Francisco Xavier, muito para além da missionação e do ensino e sem o amparo dos comerciantes e da proteção militar. Foram autênticos bandeirantes, desafiando todos os perigos, ao encontro dos povos mais distantes dos quais tiveram conhecimento. Eles alcançaram civilizações tão isoladas como as do Tibete, do Nepal e do Butão. O jesuíta António de Andrade, chegado a Goa em 1600, foi o primeiro europeu a atravessar as neves perpétuas do Himalaia e a fundar uma missão no Tibete em 1662. O padre Estêvão Cacella alcançou o reino do Butão e fundou uma missão no ano seguinte. O padre João de Brito (1647-1693, canonizado em 1947), criou instituições de solidariedade junto das populações mais pobres e segregadas da Índia, em Madurai. O padre oratoriano José Vaz, um brâmane natural de Goa, dedicou vinte e três anos de apostolado junto da comunidade cristã de Ceilão, durante o regime holandês (canonizado em 2015). A igreja tinha canonizado em 1862 o franciscano Gonçalo Garcia, natural de Baçaim, filho de pai português e mãe indiana, um dos vinte e seis mártires de Nagasaki em 1597, juntamente com Paulo Miki, filho de um samurai. O padre açoriano Bento de Góis, empreendeu uma caminhada de cinco mil quilómetros, de Goa a Pequim; faleceu aos 45 anos, algures pelo caminho entre Macau e Pequim.

Um dos personagens mais relevantes do intercâmbio cultural entre Portugal e o Oriente foi o padre Matteo Ricci, jesuíta italiano ao serviço do Padroado Português. Cientista, matemático e cartógrafo, foi o primeiro europeu a criar um intercâmbio científico e cultural com os orientais ao mais alto nível, entre os intelectuais e junto da corte imperial chinesa. Chegou a Macau em 1582, juntamente com outro padre, Miguel Ruggieri, para aprenderem a língua chinesa, enquanto ensinavam matemática no Colégio. O Colégio Madre de Deus era uma instituição de altíssima qualidade, onde se ensinava filosofia, teologia, matemática, geografia, astronomia, latim, português, música e artes, uma verdadeira instituição de ensino superior. Poucos anos depois, Matteo Ricci publicava, em chinês, os primeiros textos sobre temas do pensamento ocidental, incluindo o primeiro ensaio de um catecismo em língua chinesa. A partir de Macau, os missionários criaram comunidades cristãs no Sul da China. Matteo Ricci estava em Nanquim em 1598

e chegou a Pequim em 1600; logo no ano seguinte, ele foi recebido na Cidade Interdita, encontro vital para a instalação dos missionários jesuítas no Imperio Chinês. Dentre os muitos presentes que ofereceram ao Imperador Wanli (14º da dinastia Ming) através dos mandarins da corte, constava um mapa-múndi desenhado pelo próprio Ricci, onde figurava a China no centro de um planisfério, no meio das demais nações do planeta. Pinturas renascentistas e dois relógios de pêndulo constavam entre os presentes e foi a pretexto de garantir a manutenção destes que foi permitido aos padres o acesso regular a Cidade Interdita. Da extraordinária empreitada cultural de Ricci e de Ruggieri consta o primeiro dicionário português-chinês e, sobretudo, a instalação do primeiro observatório astronômico na corte imperial. Ricci é considerado na China *um dos mais notáveis e brilhantes homens da história, o mestre do grande Ocidente*. No Museu da História da China, em Pequim, somente dois ocidentais merecem figurar entre os grandes construtores do Império: Marco Polo e Matteo Ricci.

No final do século XVI, as seis dioceses do Padroado Português estendiam-se pela Índia, Malásia, China e Japão. Surgiram mais três no século seguinte. Os portugueses não foram os primeiros a implantar comunidades cristãs na China; os pioneiros foram os franciscanos já no século XIII. As duas dioceses do Padroado Português foram criadas no final do século XVII e desde então nunca mais deixou de haver cristianismo na China, até aos nossos dias. Macau foi o porto de entrada da cultura neolatina no Império chinês.

Misericórdias, hospitais, colégios, tipografias, indústrias de construção naval e fundições foram outros tantos portos e ancoradouros a partir dos quais se criaram intercâmbios de conhecimentos e de tecnologias. Desde 1556 que se imprimiam livros em Goa e Cochim, desde 1588 em Macau. No final do século, imprimiam-se livros em Nagasáqui em português, latim e japonês. O padre João Rodrigues, natural de Sernancelhe, publicava em 1603 o primeiro dicionário português-japonês e, no ano seguinte, a primeira gramática da língua japonesa. Da Índia ao Japão, concediam-se graus académicos em artes, direito, teologia, medicina e cosmografia, nos colégios dirigidos por ordens religiosas. Cerca de 1510 construía-se em Cochim a nau *Santa Catarina do Monte Sinai*, de 800 tonéis, uma das mais famosas naus da carreira da Índia; no primeiro quartel do século XVII existia em Macau a mais famosa fábrica de fundição de canhões de todo o Oriente, a de Manuel Tavares Bocarro.

A presença portuguesa no Oriente passou-se ao ritmo de um tremendo frenesim, entre sacrifícios e apoteoses, sempre em guerra contra alguém, enfrentando sultões, rajás, mandarins, daimios e samurais, reformulando a cada oportunidade novas estratégias diplomáticas e comerciais, com milhares de navios costeiros, fustas e paraus, juncos e pangaios correndo as costas e centenas de naus pelas grandes rotas do Atlântico, do Índico e do Pacífico, de Lisboa ao Japão, dando nova vida a meia centena de cidades, feitorias e entrepostos distantes uns dos outros, que se conquistavam e se perdiam por vezes ao ritmo das monções. Entre 1497 e 1700 zarparam para o Oriente 1154 naus e regressaram apenas 589; perderam-se 565. Feita de sonhos, utopias, ganância, audácia e heroísmo, a expansão portuguesa pelo Oriente é uma das façanhas mais extraordinárias da humanidade. Uma história de barcos, de portos e de ancoradouros, por onde transitaram tesouros, saberes, paixões, crenças, saudades, uma civilização inteira. Mais que tudo uma história de gente, daqueles que realizaram ambições e dos menos felizes que se perderam sem deixar rastros. Hoje, a língua portuguesa serve de pátria emotiva a centenas de milhões de cidadãos espalhados por quatro continentes. A euforia conduziu ao desastre económico, mas a nossa ruína foi o preço da mais

extraordinária aventura civilizacional dos tempos modernos. A euforia não terminou nem a pátria se perdeu na desolação de Curia Muria. E tem uma ilha encantada num oceano que não existe, povoada de heróis e de esperanças, alimentando o imaginário de um povo que nunca desistiu de encontrar a sua identidade, a uma distância segura da realidade. É a profecia que alimenta a alma, para que o sonho continue.

António de Abreu Freire
abreufreire@gmail.com